

VELHAS RESPOSTAS, NOVOS QUESTIONAMENTOS: O BICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FRANCESA[1]

OLD ANSWERS, NEW QUESTIONS: THE BICENTENNIAL OF THE FRENCH REVOLUTION

Breno Gontijo Andrade*

Desde o acontecimento da Revolução Francesa, não faltam estudos que tentam entender as suas raízes e os seus desdobramentos históricos na sociedade ocidental. No século XIX o tema já suscitava fascínio entre historiadores e pensadores. Condorcet, Hegel, Barnave, Burke, de Maistre e Paine foram os primeiros de uma lista de estudiosos ainda inconclusa a tratar do tema. É certo que, por ser escrita há tanto tempo, a historiografia sobre a Revolução Francesa revela apropriações que foram feitas em cada época. Por exemplo, durante boa parte do século XIX, manteve-se a tradição de uma escrita político-filosófica sobre a Revolução. Porém, no aniversário de 100 anos da Revolução, em 1889, o discurso começou a ganhar novos tons, amalgamando o republicanismo francês ao positivismo. Nas décadas seguintes não foi diferente, houve quem associasse alguns momentos da Revolução Francesa ao evento que ocorria na Rússia em 1917, além, é claro, de uma interpretação mais marxista das fontes que perdurou até algumas décadas atrás.

Na ocasião dos duzentos anos da Revolução Francesa, Roger Chartier oportunamente lançou o livro *Les Origines Culturelles de la Révolution Française*, momento este de profundos debates em virtude do bicentenário da Revolução. No Brasil a obra foi traduzida apenas em 2009 pela Unesp sob o título *Origens Culturais da Revolução Francesa*. Apesar desses dezenove anos de espera, o livro continua a ser bastante atual. A obra não só enfatiza a efemeridade dos modelos explicativos ao longo do tempo, mas também apresenta uma visão contemporânea sobre a Revolução Francesa, ciente que um dia essa mesma interpretação se tornará antiquada.

O primeiro problema que Roger Chartier procura responder em sua obra é: foi o Iluminismo que gerou a Revolução Francesa, ou foi a Revolu-

* Graduado em História pela UFMG. Mestrando em História e Culturas Políticas pela UFMG. Endereço de e-mail: brenohistoria@gmail.com

[1] Resenha da obra: CHARTIER, Roger. **Origens Culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ção Francesa que gerou o Iluminismo? A historiografia tradicional, sobretudo aquela embasada nos estudos de Daniel Mornet, está acostumada a dizer que foi o Iluminismo que gestou a Revolução Francesa. Nesse caso, teria ocorrido uma disseminação de ideias oriundas das classes refinadas para o povo e também no sentido geográfico, de Paris para as demais cidades. Para Daniel Mornet, o Iluminismo seria uma espécie de pré-condição para a crise da monarquia francesa (CHARTIER, 2009, p. 26). No entanto, Roger Chartier critica essas premissas, supondo que o caminho talvez tenha sido o contrário, ou seja, foi a Revolução Francesa que gerou o Iluminismo. Mas como, se os *philosophes* já exerciam suas atividades intelectuais antes mesmo da Revolução Francesa? Para o sobredito autor o que aconteceu foi uma escolha feita pelos revolucionários de 1789 de alguns autores, como Voltaire, Rousseau, Mably e Raynal. Na verdade, os revolucionários queriam justificar, ou melhor, buscar a paternidade da Revolução em alguns autores coetâneos. Trazendo essa paternidade para o movimento de 1789, os revolucionários trariam junto a sua legitimidade, uma vez que estavam concretizando as ideias dos pensadores. Porém, muitos outros autores tão brilhantes quanto os que foram sacramentados por 1789, não foram incluídos no seleto grupo. Certamente, pelo fato, deles apresentarem propostas rivais dentro do discurso filosófico, muitas delas reforçando a autoridade dos reis. Além disso, o pensamento clássico, tão estudado na época, não teve nenhum representante entre o panteão de heróis da Revolução Francesa. Por isso, Roger Chartier sugere a mudança do termo bastante usado de *origens intelectuais*, que abarcaria apenas uma parcela de pensadores, para *origens culturais* termo mais fluido e que aceita ideias de outros pensadores, mesmo aquelas contrárias aos postulados defendidos pelos revolucionários franceses (CHARTIER, 2009, p. 29).

Outro processo que o autor procura entender é a aparição e a consolidação de uma opinião pública na França ao longo no século XVIII. Segundo Roger Chartier, a importância da opinião pública para a Revolução Francesa foi a liderança política que emergiu de um público esclarecido e unificado. As origens dessa opinião pública remonta a um fenômeno observado primeiramente por Jürgen Habermas, que o denominou como *esfera pública política*. A *esfera pública política* se formou em espaços para discussão fora do controle do Estado, como cafés, salões, clubes, periódicos, etc. Nesses espaços havia diversos debates entre eles críticas ao sistema político, à religião, às condições sociais, culturais, em uma palavra, nenhum tema escapava ileso ao julgamento crítico. A *esfera pública política* nada mais era do que um espaço onde pessoas privadas faziam o uso público de sua razão (CHARTIER, 2009, p. 50). Nessa esfera as pessoas eram livres de suas obrigações para com as autoridades políticas e religiosas, ignoravam as distinções de ordens e estados, permanecendo apenas a valorização daqueles

que bem sabiam argumentar. Foi dessa maneira que a opinião pública foi se constituindo nos limites da *esfera pública política*. Porém, o autor alerta para não se confundir a opinião pública com a opinião da multidão. Mesmo na época da Revolução Francesa havia essa distinção: enquanto opinião pública era estável e unificada pela razão, a opinião da multidão era oscilante e apaixonada. Assim, a opinião pública teria relações com o mundo daqueles que além de saberem ler, também produziam material escrito.

Posteriormente, o autor problematiza uma questão bastante cara à História do Livro e da Leitura. Será que os livros provocam revoluções? Será que os livros lidos anos antes da Revolução Francesa contribuíram para que ela ocorresse? Alexis de Tocqueville, Hippolyte Taine, Daniel Mornet são irresolutos em acreditar que a leitura foi capaz de transformar os leitores em opositores da Monarquia Francesa, vislumbrando um horizonte mais revolucionário. Roger Chartier concorda com essa hipótese, mas questiona em que medida a leitura dos livros provocou a Revolução Francesa. Para Robert Darnton, os livros não clamaram e nem previram 1789, mas prepararam os leitores para tal evento, uma vez que corroeu toda a simbologia que legitimava a monarquia (CHARTIER, 2009, p. 133). Em contrapartida, Roger Chartier explica que essa questão deve ser ainda mais relativizada, pois o fim da monarquia não era inevitável, não era algo escrito. Ademais, vários leitores de obras que criticavam à monarquia francesa tomaram atitudes opostas daquelas que haviam lido. Jean Jacques Rousseau, por exemplo, era lido tanto por opositores quanto apoiadores do rei francês. A enciclopédia também era utilizada da mesma maneira. Em suma, os mesmos textos que eram lidos por pessoas afeitas à monarquia também o eram pelos seus opositores, o que variava era a sua apropriação. Portanto, a leitura de livros sediciosos não foi condição *sine qua non* para o fim da monarquia francesa, ou para a eclosão da Revolução Francesa, mas sim, contribuiu com esses dois processos.

Por fim, a pergunta que sela o livro de Roger Chartier é: as revoluções têm origens culturais? Para refletir sobre esse problema o autor cita Lawrence Stone que dizia que *uma verdadeira revolução precisa de ideias para abastecê-la, sem ideias existe apenas uma rebelião ou um golpe de Estado* (CHARTIER, 2009, p. 245). Em seguida, Chartier lança o artifício de comparar a Revolução Inglesa com a Revolução Francesa. Primeiro, elenca cinco fatores referentes às precondições intelectuais e culturais da Revolução Inglesa, a saber: 1) aspiração religiosa (puritanismo), 2) referência jurídica (a lei comum a toda Inglaterra), 3) um ideal cultural (ideologia do "país" em oposição à corte real, 4) uma atitude mental (desenvolvimento do ceticismo) e 5) frustração intelectual (classe educada que não tinha boas oportunidades de emprego). Em seguida, constata que esses fatores também tiveram paralelos na França, obviamente, guardadas as diferenças temporais

e espaciais. Conclui que a Revolução Francesa teve as suas origens culturais, com alerta apenas para que se evite a ideia de casualidade. Se houve origens culturais, também houve algo de novo. O evento revolucionário teve *impulso e dinâmica próprios, que não estavam contidos em nenhuma de suas condições de possibilidade* (CHARTIER, 2009, p. 282).

Referências

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **Origens Culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CHARTIER, Roger. **Lectures et lecteurs dans la France D'Ancien Régime**. Paris: Éditions du Seuil, 1987.

DARNTON, Robert**. O beijo de Lamourette:** mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Referência

CHARTIER, Roger. **Origens Culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

Resenha recebida em 17/01/2012 e aceita para publicação em 13/06/2012